

Os Combates nas Treas de Milton Coelho: o petroleiro tornado cego pela Ditadura Militar

Afonso Nascimento*

Resumo

O presente artigo tece uma reflexão acerca da trajetória de combates e de resistências do ex-petroleiro e militante do PCB Milton Coelho, ao passo que também faz uma homenagem ao seu ativismo sindical e político. Milton Coelho, recentemente falecido, foi sequestrado, torturado e perdeu a visão por conta da repressão militar deferida contra a sociedade brasileira. Em Sergipe, os braços deste movimento de repressão, violência e violação dos direitos humanos, ocorrida nos idos de 1976, foi denominado “Operação Cajueiro” e teve em Milton Coelho um dos maiores símbolos de resistência.

Palavras-chave: Repressão política, tortura, Milton Coelho

165



* Afonso Nascimento é Professor Emérito da UFS. Publicou, entre outras obras, NASCIMENTO, Afonso. Ensaio sobre política e políticos. Aracaju: Editora Criação, 2016 e NASCIMENTO, Afonso. Resistência e adesão ao regime militar. Ensaio a partir da Comissão Estadual da Sergipe. Aracaju: Editora Criação, 2020.

The Fights in the Dark by
Milton Coelho:
the oil tanker made
blind by the Military
Dictatorship

Las peleas en la oscuridad
de Milton Coelho:
El petrolero que la
Dictadura Militar dejó
ciego

Abstract

This article reflects on the trajectory of combat and resistance of former oil worker and PCB activist Milton Coelho, while also paying tribute to his trade union and political activism. Milton Coelho, recently deceased, was kidnapped, tortured and lost his sight due to military repression against Brazilian society. In Sergipe, the arms of this movement of repression, violence and violation of human rights, which took place in 1976, was called “Operação Cajueiro” and had Milton Coelho as one of the greatest symbols of resistance.

Keywords: Political repression, torture, Milton Coelho

Resumen

Este artículo desarrolla una reflexión acerca de la trayectoria de combate y resistencia del ex trabajador petrolero y militante del PCB Milton Coelho, y también rinde homenaje a su activismo sindical y político. Recién fallecido, Milton Coelho fue secuestrado, torturado y dejado ciego por la represión militar en Brasil. En el estado de Sergipe, uno de los tentáculos de ese movimiento de represión, violencia y violación de los derechos humanos, que ocurrió en 1976, quedó conocido como “Operação Cajueiro” e hizo de Milton Coelho uno de los mayores símbolos de resistencia al régimen militar.

Palabras clave: represión política, tortura, Milton Coelho.



Introdução

Conheci pessoalmente Milton Coelho de Carvalho, em 2016, durante a sua oitava para a Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa”, criada em 2015, pelo Jackson Barreto. Lá estava ele, sentado no palco do Museu da Gente Sergipana, sob as luzes dos holofotes, um homem na faixa dos seus setenta anos de vida, que falava com voz firme e um pouco rouca e que portava óculos escuros. Enquanto membro da comissão, usei a ocasião para lhe fazer duas perguntas.

O seu nome já me era familiar desde que ocorreu a Operação Cajueiro, em 1976, um pouco antes dos estertores da ditadura militar brasileira (1964-1985), quando dois estudantes de Direito, colegas meus, também foram presos. Mais tarde, no tempo em que organizava o livro de Osmário Santos com memórias de políticos sergipanos do século passado, fiz questão de incluir Milton Coelho nesse quase dicionário de membros da classe política estadual. Por último, em 2018, tive o prazer de entrevistá-lo em sua modesta residência no bairro Santo Antônio, da qual resultou artigo publicado em jornal de Aracaju, abaixo referido.

Neste trabalho, é meu objetivo projetar mais luz sobre a vida desse petroleiro comunista que, falecido aos oitenta e dois anos, viveu a maior parte de sua vida combatendo nas trevas, seja na clandestinidade de membro de organização política ilegal, seja na cegueira física causada por torturas sofridas depois de ser sequestrado em sua casa e preso no Quartel do 28º Batalhão de Caçadores, localizado no bairro 18 do Forte, em Aracaju.

Na preparação deste texto, consultei fontes documentais relativas à Operação Cajueiro, fontes orais e bibliográficas sergipanas e brasileiras. Para mim, a violência legal e ilegal do Estado está inscrita na sua ossatura institucional, o que é válido para o Estado em regimes democráticos e autoritários – embora as chances de uso da violência estatal como a tortura sejam mais fortes em regimes de exceção. A tortura não foi exclusividade da ditadura militar brasileira.

É isso o que mostra a tragédia política ocorrida com o combatente nas trevas e comunista Milton Coelho. Sem a pretensão de



ser biográfico, este trabalho mostra, na sequência, um pouco da trajetória desse desassombrado opositor da ditadura militar, ainda que sua organização política não entendesse bem que a democracia não é um meio, porém um fim. Ou veio a compreender isso muito tardiamente.

A socialização política de Milton Coelho

Milton Coelho nasceu no seio de uma família operária em Salvador, no ano de 1942, filho de Eugênio Rodrigues de Carvalho e Tamar Coelho de Carvalho. Com efeito, o seu pai era trabalhador da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB) e tinha militância sindical e política. Foi por causa desse seu ativismo que ele pediu e conseguiu transferência para trabalhar na Leste Brasileiro em Aracaju, quando Milton Coelho tinha apenas cinco anos. Não foi encontrada nenhuma informação sobre qualquer prisão de Eugênio Rodrigues de Carvalho por ocasião do golpe militar de 1964, ponto de partida para a instauração da ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1985.

Milton Coelho foi criado em ambientes frequentados por trabalhadores, sindicalistas e gente de esquerda. Isso me autoriza afirmar que ele aprendeu, precocemente, a ser sindicalista e político no interior de sua própria família, bem como nos locais de trabalho de seu pai e no sindicato dos ferroviários da Leste em Aracaju.

Durante esse tempo de sua formação política morou no ainda hoje popular bairro Getúlio Vargas, localizado bem perto da estação da Leste, onde seu pai trabalhava. Frequentou as escolas de dona Dolores e de dona Betinha, o Educandário João Henrique Pestalozzi, o Grupo Escolar General Valadão, o Colégio Ateneu e o Colégio Tobias Barreto. Nesses espaços escolares, continuou a sua politização e não é de surpreender que tenha sido preso duas vezes quando aconteceu o golpe militar de 1964, ocasião em que Milton Coelho tinha 16 anos.

Nesse tempo de militância estudantil, Milton Coelho fez parte da União Sergipana de Estudantes Secundaristas (USES), o que ampliou e fortaleceu a sua formação política entre os quadros da esquerda aracajuana. Todavia, Milton Coelho não teve militância política universitária, uma vez que foi reprovado no exame vestibular



da Universidade Federal de Sergipe (UFS) na área de Química, e se deu por satisfeito com a sua escolaridade secundária.

Todos os empregos de Milton Coelho serviram para a sua formação política e, à exceção do último, tiveram a ver com as conexões sindicais e políticas de seu pai. O seu primeiro emprego foi no jornal comunista “Folha Popular”, no qual muito aprendeu com Robério Garcia em 1958. Na sala de redação desse jornal desenvolveu algumas habilidades do trabalho de jornalista – que serão mais tarde aproveitadas. Em seguida, em 1961, trabalhou no Sindicato dos Trabalhadores da Estiva, ainda que por pouco tempo. Ainda em 1961, começou a trabalhar como funcionário público não concursado e sem estabilidade, em agência pública voltada para a erradicação da malária em Sergipe. Nessa instituição, mostrou capacidade de liderança política ao comandar a luta, bem sucedida, para tornar trabalhadores celetistas em funcionários públicos federais – algo que também interessava a ele.

Foi no quarto emprego que Milton Coelho permaneceu mais tempo, nele sendo aposentado por invalidez. Curiosamente, a contagem de sua aposentadoria foi datada de 20 de fevereiro de 1976, ou seja, a data de sua prisão. É importante dizer que, depois de aprovado em concurso público para a Petrobrás, em 1965, foi somente em 1966, que conseguiu tomar posse. A razão para isso é que Milton Coelho teve o seu ingresso negado por motivos ideológicos. Dizendo de outro modo, o setor de recursos humanos da Petrobrás exigia um atestado de bons antecedentes emitido pela Secretaria de Segurança de Sergipe.

Como tinha sido preso duas vezes em 1964, os atestados conseguidos sempre traziam essa que parecia incontornável informação. Foi então que alguém lhe sugeriu solicitar uma declaração cartorária na qual fosse dito que ele não tinha “culpa no cartório”, nem criminal, nem civilmente. Como petroleiro federal ganhava bem e continuou a sua militância sindical sem, contudo, ocupar posto na diretoria do rico e poderoso sindicato da estatal brasileira. Trabalhou em Aracaju e no interior, sobretudo como funcionário de almoxarifado (que cuidava, dentre outros materiais de trabalho, das dinamites). Foi na condição de petroleiro que aderiu ao PCB, em 1971.



Adesão ao PCB e reestruturação do partido

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Sergipe, quando quer que tenha sido fundado, teve uma história marcada por seguidos processos de estruturação, desestruturação, reestruturação, desestruturação até o seu fechamento nos anos 1980. É a história de uma organização na legalidade e na ilegalidade, sendo que o seu tempo na ilegalidade foi bem maior.

Em 1971, Milton Coelho foi recrutado por Marcélio Bonfim, um quadro de elite do PCB, com curso de capacitação realizado em Moscou, que também comandava o novo processo de reorganização depois das ondas repressivas sobre a organização sergipana em 1964 e em 1968/69. Nesse período, velhos quadros comunistas foram acionados e grupos novos foram recrutados. Já com vasta experiência de militância política estudantil e sindical, Milton Coelho trouxe sangue novo para o “partidão” e muita vontade de contribuir para as suas atividades da organização que uma vez mais renascia na clandestinidade.

O PCB tinha um interesse especial nos quadros dessa empresa estatal, especialmente porque, sendo seus operários bem remunerados, deles poderia conseguir boas contribuições em dinheiro para financiar as suas ações e para ajudar famílias de comunistas que passavam por dificuldades materiais porque tinham quadros “caídos”, estavam presos ou doentes. Enquanto militante, Milton Coelho foi considerado por seus algozes militares o “braço direito” de Marcélio Bonfim. Embora tenha dito em seu depoimento, durante Inquérito Policial Militar (IPM) da Operação Cajueiro, que eram poucas as suas atividades como militante – e que, por isso, tinha sido reprimido várias vezes pelo chefe da organização –, o seu envolvimento nada tinha de casual ou esporádico. Com efeito, de acordo com o que ficou registrado no inquérito referido, Milton Coelho teria chegado a doar terreno de sua propriedade para a construção de uma sede para reuniões clandestinas do PCB no então pouco habitado bairro Coroa do Meio.

O que fazia Milton Coelho no PCB? Ele era o encarregado de atuar junto às empresas estatais, uma vez que era operário de uma



delas, a Petrobrás. Além disso, era um arrecadador ativo de dinheiro de colegas na empresa, onde também trabalhava seu irmão Jorge. Ele chegou a doar dinheiro do próprio bolso para o PCB, além de suas contribuições habituais. Milton Coelho parece ter sido um militante muito dinâmico. De seu ingresso à sua queda, o petroleiro participou de muitas reuniões em casas, sítios e chácaras de muitos velhos comunistas como, por exemplo, de ferroviários da Leste Brasileiro, que ele conhecia desde a sua adolescência. Recebia jornais comunistas, lia e depois tocava fogo ou ainda repassava para outros comunistas. Era uma verdadeira liderança política. Milton Coelho saiu do PCB depois da Lei da Anistia, em 1979, por causa de problemas com o também comunista Agonalto Pacheco, que tinha voltado de exílio em Cuba.

Participação eleitoral do PCB e de Milton Coelho através do MDB



A ditadura militar brasileira não dispensou o uso de expedientes para legitimar-se diante da população. Com efeito, inicialmente, buscou legitimidade ao apresentar-se como um regime que combatia a corrupção e o comunismo no Brasil. Mas não parou aí. O sucesso na condução da economia (o chamado “milagre brasileiro”), com suas altas taxas de crescimento econômico, o Projeto Rondon, os cursos da Escola Superior de Guerra (ESG) e das Associações de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESGs) estaduais, entre outras iniciativas, ajudaram a legitimar o regime castrense, contando para isso com o suporte da mídia corporativa e hegemônica.

Na sua busca por legitimidade, os militares também fizeram uma associação forçada do regime autoritário com vitória da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1970, no México. Procurando aproximar-se pessoalmente das classes populares, o general Médici passou a frequentar os estádios de futebol. A mensagem passada era a de que ele também seria um homem do povo com seu radinho de pilha no pé do ouvido. Enquanto isso, o país vivia os chamados “anos de chumbo”.

A manutenção de eleições legislativas ao longo do estado de exceção foi o recurso mais usado pela ditadura militar para ganhar apoio da classe política e, por tabela, dos brasileiros em geral - embora com cassações políticas, fechamento de casas legislativas, “pacotes”, mudanças frequentes nas regras do jogo eleitoral para dar vitórias à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido oficial dos generais. Com essa fachada eleitoral, passada como “democrática”, manteve os empregos da classe política brasileira nos níveis de governo municipal, estadual e federal.

Estando na ilegalidade e na clandestinidade, o PCB percebeu que, apoiando candidatos, comunistas ou não, que fizessem oposição “autêntica” ao regime autoritário e que avançassem a agenda da resistência comunista, poderia ser um meio importante de enfrentar seu problema crônico de financiamento e, por conseguinte, fortalecer a sua organização. Em troca, aos políticos e aos candidatos a políticos que aceitassem fazer esse jogo, o PCB mobilizaria os seus quadros e as suas redes de contatos para elegê-los. Foi com esse propósito que o “partidão” filiou ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) muitos dos seus quadros em um grande número de estados brasileiros.

Em Sergipe, essa estratégia também foi posta em prática com sucesso, até ser estancada em 1976 com a Operação Cajueiro. Antes desse acontecimento político dramático, elegeu políticos como Jonas Amaral e Jackson Barreto, entre outros. Com a fundação do Setor Jovem do MDB sergipano, os militantes comunistas no MDB procuraram conquistar estudantes universitários e sindicalistas que lá encontraram espaço para fazer política partidária na legalidade. Ao observarem o que também estava acontecendo em Sergipe, os militares decidiram pôr um fim nessas articulações políticas. Milton Coelho fazia parte da cúpula comunista envolvida nessas movimentações eleitorais, tendo sido ele próprio cogitado para ser candidato a vereador, o que ele não aceitou - preferindo apenas ser cabo eleitoral de candidatos apoiados pelo PCB.



Prisão, tortura e sequelas físicas sofridas por Milton Coelho

A “Operação Cajueiro”, ocorrida em Aracaju, em 1976, foi apenas uma entre muitas ocorridas durante a ditadura militar. Aconteceu durante o período em que o regime autoritário já dava sinais de esgotamento, depois que problemas econômicos surgiram com o fim do milagre brasileiro na economia. Os estrategistas militares perceberam que o momento era de preparação para a sua retirada do poder. Com esse objetivo, eles, através do Golbery do Couto e Silva, convidaram Samuel Huntington, um cientista político norte-americano, para fazer uma proposta de descompressão política a fim de tomarem o caminho de volta para os quartéis. Isso foi feito e, ao começar o seu governo, o general Ernesto Geisel falou em abertura política no país.

Essa ideia de retirada militar da política não era, entretanto, do agrado da extrema-direita militar (conhecida como “linha dura”), a exemplo do ministro do Exército Sílvio Frota, do comandante da IV Região Militar, o general Adyr Fiuza de Castro, entre outros. Assim, para justificar o seu alongamento no poder por mais tempo, esses militares puseram em marcha operações em várias capitais brasileiras visando a desestruturar a velha organização comunista ou o que restava dela no país. O Comitê Central do PCB e seus comitês estaduais eram uma ameaça à segurança nacional em alguma parte do Brasil? A resposta é negativa porque comunistas do PCB já tinham abandonado a ideia de luta armada desde 1935, quando da Insurreição Comunista de Natal. Mesmo assim, o Comando do IV Região Militar, sediado em Salvador, preparou e executou uma operação militar anacrônica a que chamaram de Cajueiro – cujo nome já indicava que não fora idealizada em Sergipe.

Depois de meses de preparação em Aracaju e Salvador, período em que montaram um álbum de fotografias e coletaram informações sobre comunistas e pessoas próximas ao esquema deles, militares baianos foram despachados para Aracaju com o objetivo de desmantelar a estrutura do “partidão”, bem como desarticular pessoas, geralmente jovens universitários ligados ao Setor Jovem do MDB e



que estavam sob sua influência. Aqui chegados, no dia 20 de fevereiro de 1976 e seguintes, sequestraram, prenderam e torturaram a maior parte dos “subversivos”. A despeito de alguns problemas, a operação foi considerada bem-sucedida (na avaliação deles, claro!) e os militares voltaram a Salvador. Foi por causa das torturas a que foi submetido durante o seu encarceramento no Quartel do 28º BC que o comunista Milton Coelho perdeu a visão.

Foto 1 - Milton Coelho na juventude



Fonte: Divulgação

174



A cegueira como sequela das torturas

A cegueira de Milton Coelho marca um novo tempo de trevas para ele. Foi levado ao Quartel do 28 BC vendo e saiu cego. Usava óculos com lentes de grau, mas não era um incapacitado visual. Durante o seu encarceramento, Milton Coelho, além do capuz utilizado quando não estava sendo torturado, usava algo semelhante a “óculos de mergulhador” de borracha sem lentes, que não lhe impediam de ver os seus torturadores. Se Milton Coelho fosse um homem cego antes de ser preso, ele não precisaria nem de capuz, nem da venda de borracha.

Durante as sessões de tortura, conheceu um vasto repertório de maus tratos, espancamentos, simulação de afogamento, choques elétricos na sua genitália etc. – tudo isso com a participação de médicos militares e civis que diziam sobre a capacidade de resistência dos “subversivos” sergipanos. No caso do ferroviário Pedro Hilário, os médicos recomendaram que ele fosse enviado para casa porque tinha pressão muito alta. Esse comunista morreu não muito tempo depois de sair do quartel. Quanto a Milton Coelho, parece que os médicos não perceberam nenhuma “anormalidade” e o petroleiro também não disse nada sobre os danos à sua visão com receio de que ocorresse o mesmo que tinha acontecido com comunistas em São Paulo, em 1975.

Depois que foi confirmada a sua cegueira, uma explicação se impôs: foram as torturas infligidas na área de seus olhos que provocaram a perda de visão por Milton Coelho. Mesmo assim, um certo militar tentou diminuir a responsabilidade dos torturadores, afirmando que a sua cegueira pode ter acontecido porque o petroleiro comunista teria resistido à sua prisão e às torturas sofridas e que, mesmo antes de seu encarceramento em garagem do 28º BC, ele já havia dado “alteração” ao ser transportado em carro com três homens com destino à unidade militar.

A iniciativa de buscar cuidados médicos, depois de ser liberado, partiu do próprio Milton Coelho que foi a Salvador, fez exames no Instituto Médico Legal (IML), passou por hospital baiano e foi, em seguida, enviado a hospital em Belo Horizonte, onde foi submetido a cirurgias, mas já era tarde mais.

Primeiro, a Justiça Militar e, em seguida, o Tribunal Federal de Recursos (TFR) reconheceram que a cegueira de Milton Coelho foi provocada diretamente pelas torturas que sofreu. Em Salvador, membro da Justiça Militar declarou que nada poderia ser dito em defesa dos militares que participaram das sessões de tortura, no caso do petroleiro tornado cego.

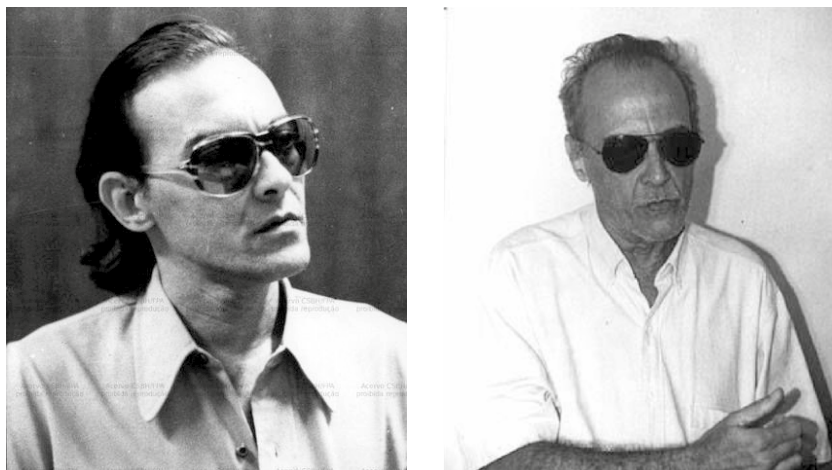
A responsabilidade foi apontada para o Estado brasileiro, personificado no regime militar. Ele foi absolvido e depois recebeu indenização pelos danos físicos irreparáveis com a sua cegueira – o que não afasta as sequelas psicológicas que carregou até a sua morte. A sua esposa, Carmélia Pereira de Carvalho (mãe de seus filhos Pablo



e Serjei), disse que a cegueira de seu marido foi um crime que o condenou a viver na escuridão para sempre

Antes de terminar esta seção, não posso deixar de dizer que o governador de Sergipe em 1976, José Rollemberg Leite, foi completamente omissos em relação à Operação Cajueiro. Dito de outro modo, esse político foi cúmplice dos responsáveis por aquela operação militar, assim como outras autoridades sergipanas públicas e privadas.

Fotos 2 e 3 - Milton Coelho na maturidade



Fonte: Divulgação

O ativismo político contraditório depois da cegueira

A cegueira não foi um obstáculo para que Milton Coelho continuasse fazendo política. Tinha uma grande limitação, é verdade, que era a sua dependência de outras pessoas para deslocar-se, etc. Mesmo assim, ao se desligar do PCB, logo após à Lei da Anistia, Milton Coelho primeiro se candidatou a vereador por Aracaju, acreditando que o capital político adquirido com sua resistência à ditadura militar o ajudaria a ingressar no mundo da política partidária. A primeira agremiação política a que se filiou foi o Partido dos Trabalhadores (PT), como fizeram outros ex-militantes do PCB (Marcélio Bonfim, Antônio José de Góis e outros mais).

Perdeu a primeira eleição. Em seguida, em um giro difícil de entender, decidiu se candidatar pela agremiação de direita, continuadora da ARENA, que foi o Partido Democrático Social (PDS). Sofreu a sua segunda e última derrota eleitoral. Depois disso, mais tarde, declarou-se arrependido por ter feito essa escolha. Nesses tempos ele ficou próximo de Jackson Barreto, antigo camarada de militância comunista. Não consegui informações sobre por quanto tempo ele esteve próximo do futuro governador e nem em que condição. Assessor? Cabo eleitoral?

Como um excelente orador, é possível que Milton Coelho tenha participado de movimentos políticos (Anistia, Diretas-Já, etc.) e apoiado novas campanhas eleitorais em Sergipe. São questões a serem investigadas. O que se tem com registro, de fato, foi a sua liderança vitoriosa no processo de fundação de uma associação de incapacitados visuais como ele.



Considerações finais

Milton Coelho morreu em 17 de abril de 2024 no Hospital São Lucas, em Aracaju, devido a problemas nos seus pulmões. Viveu 82 anos, 5 dos quais nas trevas da ditadura militar como militante, por escolha própria, e 48 anos por conta da cegueira que lhe foi imposta. A sua história passou a fazer parte daquela do 28º BC (como lugar de tortura e cegueira), da IV Região Militar em Salvador (lugar onde a Operação Cajueiro foi concebida) e do Exército brasileiro cuja história, nesse período, confundiu-se com a própria história do regime militar. A tragédia vivida por Milton Coelho nunca poderá ser esquecida, pois ele foi possivelmente o caso único de um preso político tornado cego por causa de torturas dos militares no Brasil e porque é, por conseguinte, a principal vítima da ditadura militar em Sergipe.

Gostaria de agradecer à professora Tereza Cristina Cerqueira da Graça, pelo convite que me fez para escrever sobre Milton Coelho; e aos professores Ibarê Dantas, Luciano Oliveira e José Vieira da Cruz, com os quais tive a oportunidade de conversar sobre o objeto desse texto. Um agradecimento especial ao professor

José Vieira da Cruz por ter disponibilizado a documentação sobre Milton Coelho que se encontra no Arquivo Nacional. Naturalmente, nenhum nome mencionado tem responsabilidade pelo conteúdo desse trabalho.

Fontes consultadas

BRASIL. Lei de Segurança Nacional. *Decreto-Lei 898*, de 29 de setembro de 1969. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140714120001/>

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=179024>. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

BRASIL. Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional: SIAN: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_85007702_d0001de0001.pdf, 1985.

BRASIL. Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional: SIAN: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_PPP_88010267_d0001de0001.pdf, 1988.

BRASIL. Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional: SIAN: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_85049683_d0001de0001.pdf. 1979.

CARDOSO, Célia Costa. 1964 em Sergipe: política e repressão. In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho de 2011.

COELHO, Milton. *Depoimento para a Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo”*. Aracaju, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ua52KZLWdfQ>. Acesso em 20 de setembro de 2024.

COELHO, Milton. Depoimentos para IPM durante a Operação Cajueiro. In: Relatório do IPM sobre o PCB em Sergipe, datado de 20 de fevereiro de 1976. In: ASV ACESEC. 208/82, 1982.

CRUZ, José Vieira da. Tempos difíceis: os estudantes, a Operação Cajueiro e a repressão política em Sergipe, 1969-1976, In: *Democracia e autoritarismo: estratégias e táticas políticas*. Belo Horizonte: Editora Belo Horizonte, 2015.

CRUZ, José Vieira da. Trabalhadores dos trilhos e a resistência à ditadura civil-militar em Sergipe, 1964-1983. In: *Resistência dos trabalhadores no campo e na cidade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional / Central Única dos Trabalhadores, 2015, v.3.

CUNHA, Paulo Pereira da. *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

DANTAS, Ibarê. *A tutela militar em Sergipe*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.



GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Attica, 1987.

MARTIN, Alfredo Guillermo. *As sequelas psicológicas da tortura*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/sBZjKMFLRFmX6DLkLdSh8wR/>. Acesso em 27 de setembro de 2024.

NASCIMENTO, Afonso. *Ensaio sobre política e políticos*. Aracaju: Criação Editora, 2016.

NASCIMENTO, Afonso. O comunista que guardava dinamites durante o regime militar. In *Jornal da Cidade*. Aracaju, em 21/01/2018.

NASCIMENTO, Afonso. *Resistência e adesão ao regime militar*. Ensaio a partir da Comissão Estadual da Sergipe. Aracaju: Criação Editora, 2020.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. *Memórias da resistência: o MDB e a luta contra a ditadura militar em Sergipe*. Aracaju: Criação Editora, 2019.

OLIVEIRA, Luciano. *Do nunca mais ao eterno retorno*. Uma reflexão sobre a tortura. São Paulo: Brasiliense, 2009.

REGINATO, Andreia D. e Gilson Reis (Orgs.). *Relatório Final Comissão Estadual da Verdade " Paulo Barbosa de Araújo" Sergipe*. Disponível em: <https://iose.se.gov.br/edise/produto/250/digital>. Acesso em 20 de setembro de 2024.

SÁ, Fernando de Araújo. Comissão Estadual da Verdade “Paulo Barbosa de Araújo” (2015-2020): Memórias de “passados atrozes” na crise da democracia brasileira. In: *Estudios Históricos – CDHRPyB*. Año XIV, nº28, Uruguay, diciembre, p. 1-28, 2022. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/28/eh2813.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2024.

SANTOS, Osmário. Milton Coelho. In *Memórias de políticos sergipanos no século XX*. Aracaju: Editora J. Andrade, 2002.

SECCO, Lincoln e Luiz Bernardo Pericás (Orgs.). *História do PCB*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2022.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

